



GESTÃO FISCAL

Informativo

3º Quadrimestre de 2021



Assembleia Legislativa
do Estado de Pernambuco

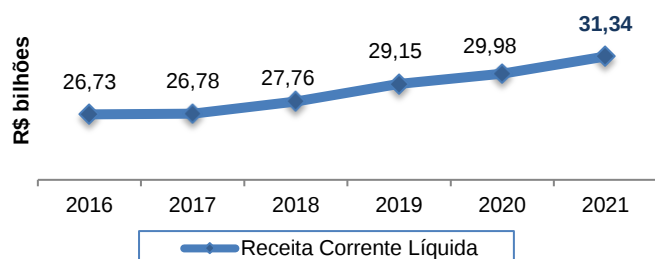
3º QUADRIMESTRE DE 2021

Receita Corrente Líquida

A Receita Corrente Líquida (RCL) representa a soma, nos últimos 12 meses (janeiro/2021 a dezembro/2021), da arrecadação tributária, de contribuições e das demais receitas correntes (patrimonial, industrial, agropecuária, de serviços e transferências correntes), deduzida das parcelas entregues aos municípios por determinação constitucional. É utilizada como parâmetro para a maioria dos indicadores estabelecidos pela LRF, como os da dívida pública e dos gastos com pessoal.

No exercício de 2021, a RCL apresentou um crescimento real (acima da inflação) de 4,5% em relação ao valor registrado no ano anterior. Vale destacar que o aumento real na arrecadação do ICMS (10,6%) foi o principal fator para esse resultado.

Gráfico 1 – RCL– Pernambuco (2016 a 2021)



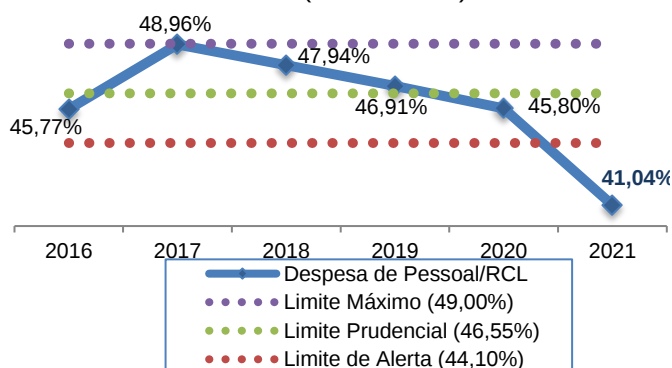
Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (6º bimestre).
*Dados atualizados pelo IPCA.

Despesa com Pessoal – Poder Executivo

O indicador de comprometimento da RCL com a Despesa Total com Pessoal (DTP), estabelecido pela LRF, é fundamental para análise da saúde financeira dos entes públicos. A LRF estabeleceu três tipos de limites: máximo, prudencial e de alerta.

O exercício de 2021 representou o quarto ano consecutivo de redução na relação DTP/RCL, situando o indicador no menor nível desde 2016 e bastante abaixo dos limites estabelecidos.

Gráfico 2 – Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo – Pernambuco (2016 a 2021)



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (3º quadrimestre).

As análises técnicas deste documento são de autoria da Consultoria Legislativa e não representam a opinião da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, Comissões e parlamentares.

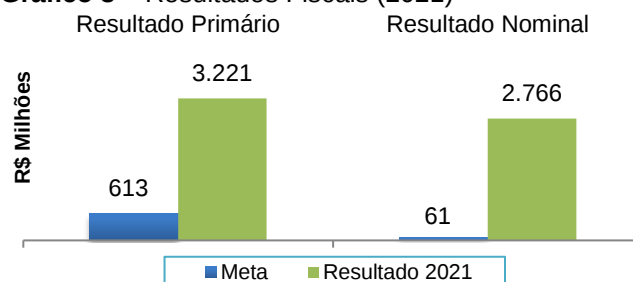
Resultados Primário e Nominal

O resultado primário corresponde à diferença entre as receitas primárias e as despesas primárias (todas as receitas e despesas, exceto juros, operações de crédito e amortizações da dívida). Superávits primários, como o ocorrido em 2021, contribuem para diminuir o estoque total da dívida fiscal líquida.

Já o resultado nominal representa a soma do resultado primário com a diferença entre o total de juros recebidos e pagos. Um resultado nominal positivo, a exemplo do observado em 2021, indica diminuição da dívida fiscal líquida, ou seja, representa um superávit nominal.

Em relação às metas estabelecidas na LDO 2021, verifica-se que o Poder Executivo obteve resultados primário e nominal bastante superiores às metas traçadas.

Gráfico 3 – Resultados Fiscais (2021)



Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (6º bimestre).

Resultado Previdenciário

O resultado previdenciário é definido pela diferença entre as receitas e as despesas previdenciárias do regime próprio de previdência estadual.

Com a reforma de 2019, Pernambuco passou a ter dois fundos previdenciários para seus servidores civis: o Funafin (repartição simples) e o Funaprev (capitalização). Em 2021, o Funafin registrou déficit de R\$ 2,18 bilhões. Já o Funaprev, em funcionamento desde abril de 2020, registrou apenas receitas, que totalizaram R\$ 40,7 milhões.

Por sua vez, a Seguridade Social Militar, também criada pela reforma de 2019, foi deficitária em R\$ 1,57 bilhão. Esse déficit, por determinação da legislação nacional, deve ser coberto pelo Tesouro Estadual.

Tabela 1 – Receitas, despesas e resultado do Regime Próprio de Previdência – Pernambuco de 2021

R\$ milhões			
Regime	Receitas	Despesas	Resultado
Funaprev	40,7	0,0	40,7
Funafin	2.627,9	4.814,1	-2.186,2
Proteção Social Militar	383,0	1.960,3	-1.577,3

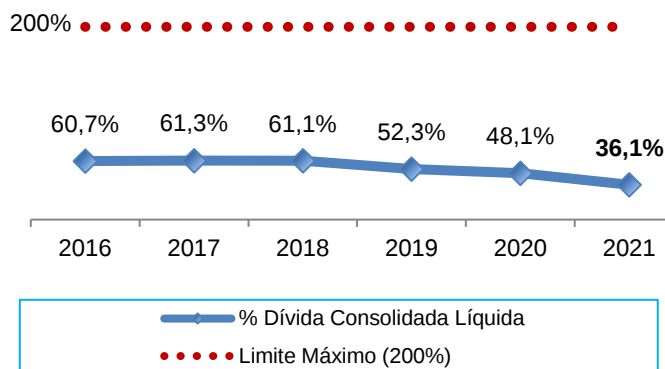
Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (6º bimestre).

Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) representa o montante total das obrigações financeiras do Estado, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados, deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. Também compõe a DCL a realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses.

A Resolução nº 40/2001 do Senado Federal estabelece que, para cada estado da Federação, o limite máximo da DCL é equivalente a 200% da RCL. O patamar pernambucano em dezembro de 2021 foi equivalente a 36,1%, menor percentual da série histórica e bem abaixo do limite.

Gráfico 4 – Dívida Consolidada Líquida (2016 a 2021)



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (3º quadrimestre).

Disponibilidade de Caixa

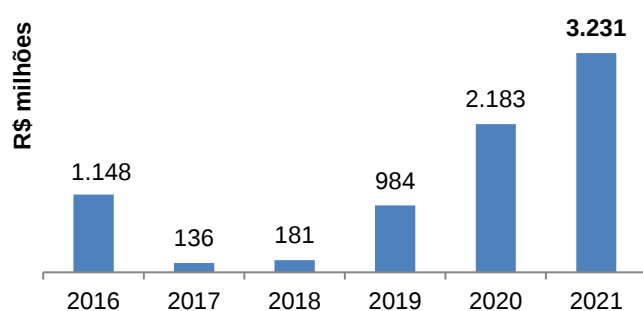
A Disponibilidade de Caixa Líquida advém da disponibilidade de caixa bruta subtraída das obrigações financeiras.

De modo geral, as despesas devem ser executadas e pagas no exercício financeiro e, extraordinariamente, podem restar obrigações a serem cumpridas no exercício seguinte, com a suficiente disponibilidade de caixa.

Ao fim de 2021 a disponibilidade de caixa líquida do Poder Executivo aumentou 48,0% em relação a 2020, alcançando, assim, o maior patamar dos últimos seis exercícios.

Ressalta-se que os recursos vinculados (que têm destinação específica) representam 71,8% da disponibilidade total de 2021.

Gráfico 5 – Disponibilidade de Caixa Líquida (2016 a 2021)



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (3º quadrimestre).

*Dados atualizados pelo IPCA.

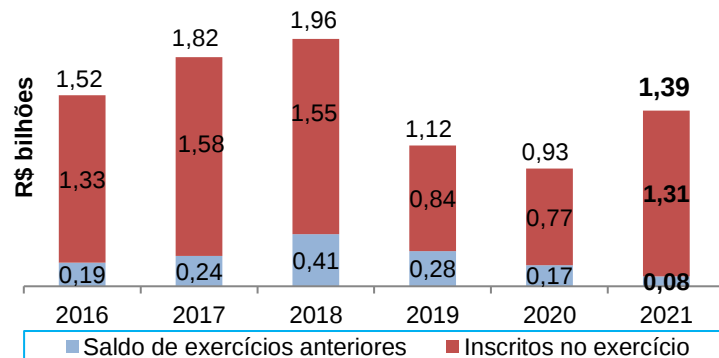
Restos a Pagar

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro de cada ano, distinguindo-se as processadas (já liquidadas) das não processadas (apenas empenhadas).

O total de Restos a Pagar do Estado de Pernambuco em 31 de dezembro de 2021 era equivalente a R\$ 1,39 bilhão, dos quais 5,7% advinham de exercícios anteriores e 94,3% foram inscritos ao final do próprio ano de 2021.

Observa-se, ademais, que o exercício de 2021 registrou crescimento de quase 50% das obrigações a quitar nos exercícios seguintes, tendo sido o primeiro aumento do saldo nos últimos três exercícios.

Gráfico 6 – Restos a Pagar (2016 a 2021)



Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (6º bimestre).

*Dados atualizados pelo IPCA

Despesas por Função

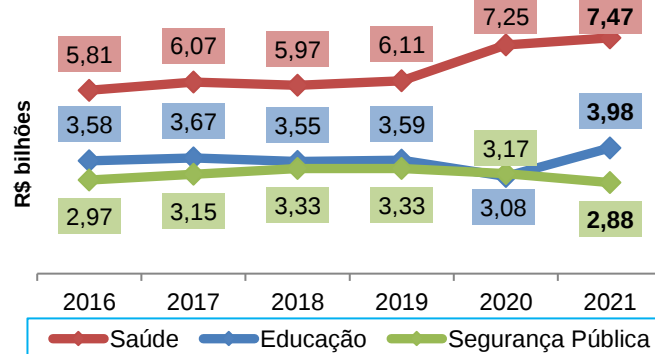
É possível comparar a execução do orçamento público de acordo com a área social do gasto, por meio do demonstrativo de despesas por função.

De um lado, percebe-se que os gastos com a Saúde aumentaram bastante no biênio 2020-2021, tendo sido mais de 20% superior à média dos anos anteriores, por conta das ações necessárias para o enfrentamento da pandemia.

As despesas com educação apresentaram significativo aumento em 2021 (29,4%), recuperando-se da queda ocorrida em 2020.

Por outro lado, o Estado reduziu suas despesas com Segurança Pública (-9,0%), que atingiram o menor valor da série histórica.

Gráfico 7 – Despesas com Saúde, Educação e Segurança Pública – Pernambuco (2016 a 2021)



Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (6º bimestre).

*Dados atualizados pelo IPCA.

